



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE MAIO DE 2000

Eu queria, por intermédio dos jornalistas acreditados aqui, no Palácio do Planalto, aproveitar a oportunidade para dizer que o Presidente da República reconhece a importância do passo que foi dado ontem pelo Congresso Nacional, votando um conjunto de medidas que lá estavam há muitos anos. Eram medidas provisórias de reajuste do salário mínimo. Desta vez, com a votação clara, direta e expressiva de um pouco mais de 300 parlamentares, mostrando, assim, que o governo conta com uma base de apoio sólida.

Quando pedi que aqueles que estivessem a meu favor votassem com o Governo, a favor do programa do Brasil, do programa do Governo, votassem com o Governo e que os que votassem contra estivessem manifestando claramente que estão contra, não foi por nenhum gesto de arrogância nem por ameaça. Foi pela minha compreensão política de que os que estão apoiando um programa têm o direito de ajudar a construção do programa. Os que são contra têm o dever de, eles próprios, dizerem que são contra e se afastarem das responsabilidades de Governo.

Não se trata de nenhuma ameaça, que não é do meu estilo, mas de coerência política.

Também acredito que, embora a matéria seja sempre difícil, o Governo, na verdade, deu um passo adiante na matéria salarial. Por quê? Por um lado, porque a votação de ontem assegura algum avanço em um salário que é reconhecidamente baixo, mas que vem ganhando, progressivamente, em termos reais, algum avanço.

Esse avanço tem conseqüências. Por exemplo: hoje, determinei ao Ministro Martus Tavares que recalculasse o piso do Governo Federal como conseqüência do aumento do salário mínimo. E o piso remuneratório federal passa a ser de 392 reais e 60 centavos. Ninguém, no governo federal, vai ganhar menos do que 392 reais e 60 centavos, porque, automaticamente, havendo um aumento do salário mínimo, isso tem efeito – e efeito, no caso, positivo.

Acredito que há um outro avanço a ser reconhecido, que é o fato de que mandamos ao Congresso uma medida que permitirá que os governadores dos estados possam definir o salário do setor privado acima do salário mínimo, que constituirá um piso que cada estado considerará como aquilo que a economia do seu estado pode suportar. Isso foi aprovado pela Câmara e tenho certeza de que o Senado da República vai aprovar também, o que significa um efetivo aumento de salário, e o que é importante: a separação do salário do conjunto do setor privado e também do setor público, nos estados, das limitações que a questão da Previdência impõe na definição do salário mínimo.

Haverá um salário mínimo nacional, como manda a Constituição. Mas há também a transferência de faculdade de parte do Governo central para governos estaduais, para que eles possam ampliar o piso do salário acima do salário mínimo.

Foi, portanto, uma votação favorável ao trabalhador. Muitas vezes, no debate, dá a impressão de que não, porque a oposição propõe – e, naturalmente, é do seu direito – uma série de medidas que não tem consistência com os dados disponíveis para que possamos ter a continuidade da manutenção do valor de compra do real e, portanto, da estabilidade econômica. E é fácil propor. Mas não foram capazes de identificar fontes que permitissem haver este aumento.

É por isso que pedi àqueles que são, de fato, pessoas empenhadas na estabilidade da economia, no crescimento da economia, na melhoria de vida do trabalhador, que votassem pelo Governo, que foi uma medida positiva.

Mas quero agradecer também. Sobretudo no caso da Câmara – já me referi, em outras oportunidades, a outros líderes –, onde a liderança dos partidos que apóiam o Governo, assim como os parlamentares que apóiam o Governo, tiveram um desempenho muito forte.

Agradeço, muito especialmente, ao líder do Governo, Arthur Virgílio, que se houve como um homem de bem e de palavra. Ele se comprometeram com que haveria uma votação e houve a votação. Uns disseram “sim” e outros disseram “não”. Disseram “sim” à proposta do Governo os que são comprometidos com o programa de recuperação do Brasil. E “não”, os que não estão comprometidos com esse programa. O Deputado Arthur Virgílio foi um bravo.

O líder do PSDB na Câmara, Deputado Aécio Neves, da mesma maneira, se portou como um lutador. O Deputado Inocêncio de Oliveira deu o melhor dos seus esforços para fazer com que a sua bancada cooperasse, nessa decisão positiva. Da mesma maneira, o Deputado Odélmo Leão e o Deputado Roberto Jeferson.

O líder do PMDB, Deputado Geddel Vieira, se empenhou profundamente para que o PMDB tivesse uma posição forte. Acredito que a atitude que ele tomou foi corajosa. No momento em que o Deputado Geddel se mostrou confiante no Governo, a despeito de quaisquer eventuais propostas que pudessem comprometer a posição dele, para diminuir a capacidade dele de atuar a favor da proposta do Governo, ele não fez isso. Ele continuou firme, apoiando a proposta do Governo, e deixou à margem qualquer outra tentativa de desviá-lo do caminho correto. Foi um companheiro leal ao Governo. Quero deixar esse meu testemunho aqui.

Mas, mais do que isso, se posso e devo agradecer, como estou agradecendo a esses líderes, reparando, eventualmente, algumas apreensões que possam ter havido, por parte de uns ou de outros, no seu esforço para ajudar o Governo, também quero dizer o seguinte:

quero lhes dizer que tudo isso é bom, porque garantiu a continuidade da obra administrativa.

E se me empenhei tanto, como me empenho, em matérias centrais para o Brasil, é porque também sinto que o Brasil está indo para a frente. Os dados todos do desenvolvimento econômico do Brasil são positivos. Hoje, estão nos jornais as revisões feitas, até mesmo quanto ao crescimento do Produto Interno Bruto do ano passado, que foi maior do que se imaginava. O deste ano também no primeiro trimestre. Até na questão do desemprego, começa a haver um crescimento acentuado do nível de emprego. Todos os indicadores sociais – e friso bem: sociais – são positivos. Não só agora, mas no decorrer desses anos. Educação, saúde, acesso à terra, assistência social. Todos são positivos.

Portanto, o que precisamos, hoje, é de coesão política. A base política coesa, com os líderes que mencionei e com muitos outros mais. Coesa ao redor de programa. E reitero o apelo que tenho feito, para que se veja tudo isso com grandeza. O Brasil está num momento muito positivo, pronto para retomar, com energia, o seu crescimento e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nós, que somos líderes, não temos o direito de desviar a atenção do povo das questões principais. Temos o dever de um comportamento comedido, de uma ação enérgica, mas comedida. Temos o dever de lutar contra a corrupção. Mas lutar contra a corrupção de maneira apropriada, mostrando onde ela existe e levando os canais competentes a tomarem decisões que são necessárias. Temos a responsabilidade de manter a esperança nesse povo, mas uma esperança que seja construída por ações concretas.

Para isso, precisamos de coesão, generosidade. Precisamos da cooperação. Precisamos fazer com que os nossos interesses pessoais, às vezes até mesmo as nossas vaidades – e é normal que as tenhamos –, sejam postos à margem. E que sejamos capazes de, em face da imensa potencialidade deste momento histórico do Brasil, realmente, retomar um crescimento com energia, em benefício do povo, que passemos a trabalhar construtivamente, numa agenda positiva, naqueles

temas que interessam ao povo, que são esses temas da vida cotidiana, contra a violência, que são esses temas a favor de um desenvolvimento sustentável. Que não se utilizem esses instrumentos que são destrutivos à natureza, num momento em que o mundo inteiro deseja a preservação da natureza. Que sejam problemas que digam respeito à reorganização da vida prática dos cidadãos, nas escolas, nos hospitais. Isso é o que conta.

Então eu, daqui para a frente, não quero mais discutir questões pessoais. Não quero mais discutir questões que digam respeito a detalhes de comportamento, aqui ou acolá. Temos que retomar os grandes temas do Brasil. E ainda há muitos a retomar.

A reforma tributária, que dizem, às vezes, que o Governo deixou de lado, eu não deixei. Vamos retomá-la. A reforma política é importante, também. Há muitos temas importantes. Mas mais que tudo: o Governo precisa administrar menos politiquice, menos briga e mais ação concreta.

É esse o apelo que eu quero deixar, através de vocês, a todo o Brasil. Muito obrigado e boa noite.